

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais
PR/SP
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 14 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 28P015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	1.084.710	732.331	CIRCULANTE	467.162	339.058
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	16.111	10.178	DEPÓSITOS (NOTA 11)	124.276	114.842
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	549.405	345.300	Depósitos à Vista	100.541	85.368
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	36	13	Depósitos a Prazo	23.735	29.474
Correspondentes no país	865	1.216	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	289.540	185.907
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	548.504	344.071	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	483.591	348.680	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	289.540	185.880
Operações de Crédito	501.951	365.394	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	747	601
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(18.360)	(16.714)	Recursos em Trânsito de Terceiros	747	601
OUTROS CRÉDITOS	30.271	23.093	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	5.356	6.336
Créditos por Avais e Fianças Honorados	50	64	Empréstimos País - Outras Instituições	5.356	6.336
Rendas a Receber	1.587	1.595	OUTRAS OBRIGAÇÕES	47.243	31.372
Diversos (NOTA 07)	28.948	21.687	Cobrança e Arrecadação de Tributos	101	102
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(314)	(253)	Sociais e Estatutárias	3.223	2.109
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5.332	5.080	Fiscais e Previdenciárias	1.376	1.011
Outros Valores e Bens	5.431	5.066	Diversas (NOTA 14)	42.543	28.150
(Provisão para desvalorização)	(166)	(42)			
Despesas Antecipadas	67	56			
NÃO CIRCULANTE	135.551	104.581	NÃO CIRCULANTE	606.445	388.213
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.542	58.090	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	606.445	388.213
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.533	643	DEPÓSITOS (NOTA 11)	604.386	381.972
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.533	643	Depósitos a Prazo	604.386	381.972
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	68.007	57.353	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.059	6.241
Operações de Crédito	76.836	64.970	Repasse Interfinanceiros	2.059	6.241
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.829)	(7.617)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	2	94			
Diversos	2	94			
PERMANENTE	66.009	46.491	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.654	109.641
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	14.455	14.455	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	64.993	51.710
Outros Investimentos	14.455	14.455	De Domiciliados no País	74.337	61.874
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	47.126	28.324	(Capital a Realizar)	(9.344)	(10.164)
Imóveis de Uso	5.445	5.445	RESERVAS DE SOBRAS	77.429	54.857
Outras Imobilizações de Uso	48.296	27.620	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.232	3.074
(Depreciação acumulada)	(6.615)	(4.741)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.428	3.712			
Outros Ativos Intangíveis	7.480	6.114			
(Amortização acumulada)	(3.052)	(2.402)			
TOTAL DO ATIVO	1.220.261	836.912	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.220.261	836.912

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	60.462	-	60.462	114.217	56	114.273	93.312	-	93.312
Operações de Crédito	60.200	-	60.200	113.912	56	113.968	93.304	-	93.304
Resultado Aplicações Interfinanceiras	262	-	262	304	-	304	8	-	8
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(51.524)	(732)	(52.256)	(93.933)	(1.202)	(95.135)	(72.902)	(663)	(73.565)
Operações de Captação no Mercado	(32.324)	(131)	(32.455)	(61.534)	(261)	(61.795)	(45.063)	(59)	(45.122)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.085)	(601)	(8.686)	(15.056)	(941)	(15.997)	(9.705)	(604)	(10.309)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.115)	-	(11.115)	(17.343)	-	(17.343)	(18.134)	-	(18.134)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.938	(732)	8.206	20.284	(1.146)	19.138	20.410	(663)	19.747
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.136	3.879	8.015	7.904	7.082	14.986	(92)	6.236	6.144
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.305	7.042	13.347	10.390	12.211	22.601	7.842	7.589	15.431
Rendas de Tarifas Bancárias	4.715	-	4.715	8.904	-	8.904	6.124	34	6.158
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.980)	(1.098)	(16.078)	(28.796)	(1.776)	(30.572)	(23.741)	(1.413)	(25.154)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(15.487)	(1.770)	(17.257)	(30.033)	(2.902)	(32.935)	(21.407)	(2.308)	(23.715)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(125)	(356)	(481)	(248)	(616)	(864)	(266)	(392)	(658)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	32.686	504	33.190	64.951	918	65.869	44.250	3.300	47.550
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.978)	(443)	(9.421)	(17.264)	(753)	(18.017)	(12.894)	(574)	(13.468)
RESULTADO OPERACIONAL	13.074	3.147	16.221	28.188	5.936	34.124	20.318	5.573	25.891
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(91)	(4)	(95)	850	(9)	841	626	2	628
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.983	3.143	16.126	29.038	5.927	34.965	20.944	5.575	26.519
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.115	1.115	-	-	-	-	(10)	(10)
Provisão para Imposto de Renda	-	657	657	-	-	-	-	(7)	(7)
Provisão para Contribuição Social	-	458	458	-	-	-	-	(3)	(3)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.983	4.258	17.241	29.038	5.927	34.965	20.944	5.565	26.509
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.927	(5.927)	-	5.565	(5.565)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.983	4.258	17.241	34.965	-	34.965	26.509	-	26.509
DESTINAÇÕES	-	-	-	(30.733)	-	(30.733)	(23.435)	-	(23.435)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.750)	-	(6.750)	(5.379)	-	(5.379)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.411)	-	(1.411)	(1.024)	-	(1.024)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(22.572)	-	(22.572)	(16.392)	-	(16.392)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(640)	-	(640)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.232	-	4.232	3.074	-	3.074

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	41.385	37.825	2.293	81.503
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.283	-	(2.283)	-
Outras destinações	-	-	(10)	(10)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.087	-	-	5.087
Baixas de capital	(2.234)	-	-	(2.234)
Resultado do período	-	-	26.509	26.509
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.024)	(1.024)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.392	(16.392)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.189	-	(5.379)	(190)
Reserva Legal - Doação SFG	-	640	(640)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	51.710	54.857	3.074	109.641
Mutações do Período	10.325	17.032	781	28.138
Saldos no início do período em 01/01/2016	51.710	54.857	3.074	109.641
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.053	-	(3.053)	-
Outras destinações	-	-	(21)	(21)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.193	-	-	6.193
Baixas de capital	(2.443)	-	-	(2.443)
Resultado do período	-	-	34.965	34.965
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.411)	(1.411)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.572	(22.572)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.480	-	(6.750)	(270)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	64.993	77.429	4.232	146.654
Mutações do Período	13.283	22.572	1.158	37.013
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	56.287	54.857	17.724	128.868
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.401	-	-	3.401
Baixas de capital	(1.175)	-	-	(1.175)
Resultado do período	-	-	17.241	17.241
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.411)	(1.411)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.572	(22.572)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.480	-	(6.750)	(270)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	64.993	77.429	4.232	146.654
Mutações do Período	8.706	22.572	(13.492)	17.786

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	20.838	40.044	34.424
Resultado do semestre/exercício	17.241	34.965	26.509
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.597	5.079	7.915
Provisão para operações de crédito	3.230	2.858	6.990
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	137	123	23
Provisão para desvalorização de outros créditos	69	61	26
Depreciação do imobilizado de uso	1.199	2.251	1.385
Amortização do intangível	355	650	541
Baixas do ativo permanente	310	417	298
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	22	(90)	4
Destinações ao FATES	(1.411)	(1.411)	(1.024)
Dividendos SicrediPar	(314)	220	(328)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	50.730	189.699	106.115
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(847)	(890)	(643)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras ativas	8.294	(23)	(3)
Redução em créditos vinculados	10	-	22
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	65	351	(580)
(Aumento) em operações de crédito	(249.860)	(148.424)	(39.764)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	191.057	99.451	10.364
(Aumento) em outros créditos	(6.358)	(7.366)	(9.205)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.284	(376)	(1.763)
Aumento em depósitos	88.393	231.848	140.567
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(458)	145	70
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	297	(980)	222
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.024)	(764)
Aumento em outras obrigações	18.853	16.987	7.592
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	71.568	229.743	140.539
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.181)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(12.902)	(21.470)	(14.211)
Aplicações no Intangível	(271)	(1.366)	(1.776)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(13.173)	(22.836)	(17.168)
Integralização de capital	3.401	6.193	5.087
Baixa de capital	(1.175)	(2.443)	(2.234)
Juros ao capital próprio	(270)	(270)	(190)
Distribuição de Sobras	-	(21)	(10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	1.956	3.459	2.653
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	60.351	210.366	126.024
Caixa e equivalente de caixa no início do período	504.264	354.249	228.225
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	564.615	564.615	354.249

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	732.419	(88)	732.331
OUTROS CRÉDITOS	23.181	(88)	23.093
Diversos	21.775	(88)	21.687
Ativo Não circulante	104.493	88	104.581
OUTROS CRÉDITOS	6	88	94
Diversos	6	88	94
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	6.144	-	6.144
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	15.657	(226)	15.431
Rendas de Tarifas Bancárias	5.932	226	6.158

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	106.758	(643)	106.115
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	141.182	(643)	140.539
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(17.811)	643	(17.168)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	16.111	10.178
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	548.504	344.071
Total	564.615	354.249

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.533	643
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.533	643
Total realizável a longo prazo	1.533	643

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	177.874	56.060	233.934	187.688
Financiamentos	23.028	18.772	41.800	43.576
Financiamentos rurais e agroindustriais	301.049	2.004	303.053	199.100
Carteira total	501.951	76.836	578.787	430.364

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	50	-	50	64
Devedores por compra de valores e bens	5	1	6	9
Títulos e créditos a receber (i)	21.721	1	21.722	14.457
Total	21.776	2	21.778	14.530

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	179	51	-	-
Nível A	0,50	256.698	193.612	1.283	968
Nível B	1,00	238.946	171.718	2.390	1.717
Nível C	3,00	45.710	28.612	1.371	859
Nível D	10,00	26.363	21.212	2.636	2.121
Nível E	30,00	11.423	8.073	3.427	2.422
Nível F	50,00	7.860	9.118	3.930	4.559
Nível G	70,00	3.066	1.869	2.146	1.309
Nível H	100,00	10.320	10.629	10.320	10.629
Total (i)		600.565	444.894	27.503	24.584

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.893	53.005	56.490	30.883	146.271	130.795
Rural	399	48.440	252.210	2.004	303.053	199.100
Industrial	230	3.846	6.935	4.158	15.169	10.735
Comércio	1.283	30.713	31.954	24.140	88.090	71.580
Outros Serviços	931	13.481	17.917	15.653	47.982	32.684
Total	8.736	149.485	365.506	76.838	600.565	444.894

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	52.584	8,76	27.575	6,20
50 devedores seguintes	124.864	20,79	79.162	17,79
100 devedores seguintes	113.542	18,91	78.745	17,70
Demais	309.575	51,55	259.412	58,31
Total	600.565	100	444.894	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	24.584	17.568
Constituição de provisão	17.343	18.134
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.424)	(11.118)
Saldo final	27.503	24.584

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.874 (2015 - R\$ 5.163), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 32.798 (2015 - R\$ 30.454).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	152	141
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.072	2.589
Adiantamentos por conta de imobilizações	1	50
Devedores por compra de valores e bens	5	4
Devedores por depósitos em garantia	609	499
Impostos e contribuições a compensar	677	1.571
Títulos e créditos a receber	21.721	14.456
Valores honrados	91	40
Cotas de consórcio	89	-
Operações com cartões	53	206
Pendências a regularizar	96	1.592
Outros	1.382	539
Total Circulante	28.948	21.687

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	88
Devedores por compra de valores e bens	1	5
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	2	94

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.431	5.066
Imóveis	4.072	4.138
Veículos e afins	279	348
Bens em regime especial	1.080	580
Despesas antecipadas	67	56
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(166)	(42)
Total Circulante	5.332	5.080

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 166 (2015 - R\$ 42) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.513	7.513
Sicredi Participações S.A.	6.940	6.940
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	14.455	14.455

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.246.547 ON 4.693.497 PN	2.246.547 ON 4.693.497 PN	2 Quotas	2 Quotas	7.512.715 Quotas	7.512.715 Quotas
Percentual de participação	0,80%	0,86%	1,27%	1,45%	4,73%	4,86%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	6.940	6.940	2	2	7.513	7.513

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	53.741	(6.615)	47.126	28.324
Imobilizações em curso	-	26.941	-	26.941	12.756
Terrenos	-	5.445	-	5.445	5.445
Instalações	10%	9.286	(2.312)	6.974	5.413
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.869	(1.685)	4.184	2.531
Sistema de comunicação	10%	241	(59)	182	132
Sistema de processamento de dados	20%	4.958	(2.408)	2.550	1.633
Sistema de segurança	10%	612	(93)	519	189
Sistema de transporte	20%	389	(58)	331	225
Intangível (i)	5% a 15%	7.480	(3.052)	4.428	3.712
Investimentos Confederação		7.480	(3.052)	4.428	3.712
Total		61.221	(9.667)	51.554	32.036

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	100.541	-	-	100.541
Depósitos a prazo	11.080	12.655	604.386	628.121
Total	111.621	12.655	604.386	728.662

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	289.540	185.880
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	289.540	185.880
Total circulante	289.540	185.880
Recursos do Crédito Rural	2.059	6.241
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.059	6.241
Total exigível a longo prazo	2.059	6.241

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 15/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	5.356	6.336
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.356	6.336
Total circulante	5.356	6.336

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	9.558	3.429
Obrigações por convênios oficiais	5	6
Provisão para pagamentos a efetuar	8.469	8.344
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	263	353
Provisão para coobrigações (i)	868	700
Pendências a regularizar	291	778
Operações com cartões	20.477	13.039
Demais fornecedores	744	530
Credores diversos	1.868	971
Total circulante	42.543	28.150

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	303	21	(144)	180
Cível	50	71	(38)	83
Total	353	92	(182)	263

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	180	303
Cível	Provável	83	50
Total		263	353

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 212 e R\$ 567 (2015 - R\$ 110 e R\$ 425), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	64.993	51.710
Total de associados	49.932	45.011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.283 (2015 – R\$ 10.325), sendo R\$ 9.533 (2015 – R\$ 7.472) via integralização de resultados e R\$6.193 (2015 – R\$ 5.087), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.443 (2015 – R\$ 2.234).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.750, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 80% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.000 (R\$ 640 em dezembro de 2015), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	34.965	26.519
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.685)	(11.138)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	-
Provisão resgate milhas cartão	30	134
Provisão de PPR	28	27
Receita com atos cooperativos	12.196	8.378
Juros sobre o capital próprio	2.835	2.152
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	521
Outros	(404)	(84)
Subtotal	14.685	11.128
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(10)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.533	643
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	548.504	344.071
Outros Créditos - Rendas a receber	975	805
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.943	1.910
Investimentos (Nota 09)	14.455	14.455
Intangível (Nota 10)	4.428	3.712
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	291.599	192.121
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	5.356	6.336
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	20.026	13.189
Receitas		
Resultado Aplicações Interfinanceiras	304	8
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.603	264
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	57.929	40.123
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	15.998	10.309
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.594	1.157
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	10.163	8.371

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	120	0,12%	74
Depósitos a prazo	4.425	0,70%	3.704
Operações de crédito	5.135	0,89%	3.995

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.156	2.271

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.061	3.238
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	56.898	38.710
Reversão de provisões operacionais	2.705	1.484
Outras rendas operacionais	2.205	4.118
Total	65.869	47.550

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.420	1.067
Contribuição O.C.E.	175	167
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.568	1.123
Contribuição Confederação Sicredi	6.323	5.561
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.120	859
Contribuição Sureg	3	59
Encargos da administração financeira	312	259
Repasse Administradora de Cartões	831	502
Outras provisões operacionais	1.959	1.986
Outras despesas operacionais	3.306	1.885
Total	18.017	13.468

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 32.935 (2015 - R\$ 23.715), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	53.217	36.054
Total	53.217	36.054

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	144.587	108.681
Capital principal - CP	144.587	108.681
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	77.429	54.857
Lucros acumulados	4.232	3.074
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.067	960
Total do capital qualificado	144.587	108.681
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	88.316	66.069
Índice sobre o PR considerando a RBAN	17,25%	18,21%
Situação para o limite de imobilização	49.489	31.078
Índice de imobilização (limite 50%)	34,23%	28,60%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcio Zwierewicz
Diretor Executivo
CPF: 930.636.529-20

Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações/Contadora
CPF: 976.137.629-04
CRC: PR-041835/O-4